

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.197 - SP (2020/0023703-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EMPREISERVICE - SERVICOS LTDA
ADVOGADOS : RONALDO DOMINGOS DA SILVA - SP177410
MARLY MATHIAS AGUIAR - SP290636
AGRAVADO : GISELE MARA DE MORAES
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR - SP142452
PAULO DANIEL CICOLIN - SP312408
SILVIO USHIJIMA FILHO - SP391769
AFFONSO CELSO MORAES SAMPAIO JUNIOR - SP100052

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por EMPREISERVICE - SERVIÇOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

EMPREITADA PINTURA DE CONSTRUÇÃO NOVA COBRANÇA AÇÃO JULGADA PROCEDENTE CONTRATO VERBAL SUBMISSÃO DO NEGÓCIO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR RÉ QUE SE ENQUADRA NA CONDIÇÃO DE CONSUMIDORA E QUE CONTRATOU MEDIANTE PREPOSTOS OS SERVIÇOS DA AUTORA INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS E ASSERTIVA DE NÃO PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE PAGAMENTO DE PARTE QUE NÃO SIGNIFICA EXECUÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRETENSÃO EMBASADA APENAS EM PROVA ORAL INSUFICIÊNCIA DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS QUE NÃO INDICAM COM EXATIDÃO E SEGURANÇA OS SERVIÇOS ADICIONAIS RECLAMADOS DIVERGÊNCIA ENTRE A EMPRESA QUE ADMINISTRAVA A CONSTRUÇÃO E A DONA DA OBRA COM NOTÍCIAS DE DESCONTROLE E MÁ GESTÃO ASSISTENTE TÉCNICO DA AUTORA QUE NA PERÍCIA NÃO SOUBE INFORMAR AS PARTES DO IMÓVEL BENEFICIADAS COM OS SERVIÇOS DÚVIDAS QUE NÃO RESTARAM ESPANCADAS NO CONJUNTO PROBATÓRIO ÔNUS DA PROVA DE DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO PEDIDO A CARGO DA AUTORA AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE RECURSO PROVIDO

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, I, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s)

argumento(s):

O recorrente interpôs embargos de declaração com o fim de afastar obscuridade e contradição do julgado, por valoração errada da prova, bem como para obter prequestionamento integral e explícito da matéria recursal extrema.

[...].

Assim, a recorrente comprovou o fato constitutivo de seu direito, através da prova documental (fls. 22/23, 594/595) e testemunhal, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil. E o juiz sentenciante, com base no princípio da imediatidade da prova e nos termos do artigo 371 do Código de Processo Civil, julgou a ação procedente. Já o r. acórdão recorrido, que julgou o recurso de apelação da recorrida, desconsiderou totalmente a prova testemunhal produzida e apegou-se a questão de que a recorrente é uma empresa especializada em pintura de prédios e tinha a obrigação de prestar informações prévias e claras sobre o custo, prazo e condições de pagamento. O r. acórdão não considerou a circunstância de que o contrato foi verbal e que as informações prévias e claras sobre o custo, prazo e condições de pagamento também foram passadas de forma verbal à recorrida, que inclusive pagou por duas notas fiscais (fls. 22/23, 594/595) da recorrente. O r. acórdão desconsiderou, igualmente, que a empresa recorrente é de pequeno porte, com capital social de R\$ 10.000,00 (fls. 9/13), onde seus orçamentos e contratos, muitas vezes é realizado de forma verbal.

Desta feita, houve obscuridade no r. acórdão que foi embargado, pois desconsiderou as provas produzidas nos autos. Desconsiderou os testemunhos que atestaram que a recorrente prestou serviços na pintura integral da parte interna do mês de fevereiro até o mês de julho de 2015. Desconsiderou que somente há o pagamento dos meses de março e abril (fls. 22/23). Desconsiderou tratar-se de um imóvel com 2.814,09 metros quadrados, que o valor pago referente às 2 notas fiscais de fls. 22 e 23 no total de R\$ 5.000,00 (fls. 594/595) é notoriamente insuficiente para cobrir os serviços de pintura interna da metragem de 2.814,09, com 4 profissionais prestando os serviços, no período de março a agosto de 2015. Ainda, houve contradição no r. acórdão, pois admitiu às fls. 661 a contratação verbal e que a recorrente prestou serviços à recorrida com base nos testemunhos, mas afastou tais questões do julgamento, entendendo que a recorrente não apresentou na contratação informações claras sobre o custo, prazo e condições de pagamento. E, ainda, que não provou a realidade da execução dos serviços. (fls. 681/686).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 371 e 373, I, ambos do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Como se denota da r. sentença de primeiro grau, as testemunhas ouvidas (Antônio Carlos e Josenildo da Silva Alves) confirmaram que a

Recorrente foi contratada para pintar a parte interna da casa da Recorrida e que o trabalho durou de 5 a 6 meses. Ainda, a r. sentença, concluiu com base na prova testemunhal e nos documentos juntados (notas fiscais e comprovantes de pagamento de fls. 22/23 e 594/595), que houve a contratação e que somente uma parte do serviço foi pago, devendo a Recorrida pagar o valor restante pedido na inicial.

[...].

Por outro lado, verifica-se do acórdão recorrido, que o julgamento se prendeu ao fato de que a recorrente é uma empresa especializada em pintura de prédios e tinha a obrigação de prestar informações prévias e claras sobre o custo, prazo e condições de pagamento. Que não há provas da extensão do serviço de pintura e do valor que ele representaria. Que há discrepância dos valores cobrados no início dos serviços e para os que se cobra na ação. Em sendo assim, dúvida inexiste de que os Juízes integrantes da 32a Câmara Cível, não valorizaram corretamente o conjunto fático e jurídico embasadores dos presentes auto.

[...].

Repise-se, o v. acórdão recorrido não valorou a prova testemunhal produzida, que comprovou que a Recorrente prestou serviços de pintura na parte interna do imóvel da Recorrida no período de fevereiro a julho de 2015, com 4 a 5 profissionais. Desconsiderou que somente há o pagamento dos meses de março e abril (fls. 22/23 e 594/595).

[...].

Desconsiderou tratar-se de um imóvel com 2.814,09 metros quadrados, que o valor pago referente às 2 notas fiscais de fls. 22 e 23 no total de R\$ 5.000,00 (fls. 594/595) é notoriamente insuficiente para cobrir os serviços de pintura interna da metragem de 2.814,09, com 4 profissionais prestando os serviços, no período de março a agosto de 2015. (fls. 690/693).

É o relatório. Decido.

No que concerne à **primeira controvérsia**, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem, nos embargos de declaração, se manifestou nos seguintes termos:

Muito embora a embargante alegue que o venerando aresto desconsiderou a prova documental e testemunhal produzida nos autos, o que

se verifica com a simples leitura do acórdão é revelação de situação diversa. A turma julgadora, levando em consideração o conjunto probatório constante nos autos, asseverou que há incidência da proteção consumerista no caso e o ônus da demonstração dos fatos constitutivos do pedido é da autora, prestadora dos serviços.

Assim, tendo em vista a informalidade havida na contratação dos serviços, constatou-se que esta persiste na especificação dos trabalhos executados e não existe mínima indicação dos pormenores do negócio, insistindo a credora na versão de que se cuidou de preço fechado por toda a empreitada e não pela metragem da área beneficiada.

O venerando aresto explicitou que não há mínima justificativa até mesmo para os preços cobrados para negócios dessa espécie, quando os valores periódicos em geral são mais ou menos similares, observando oscilações de valores que não se compatibilizam com tal raciocínio, mesmo porque anotada execução por 4 ou 5 serviços.

Acrescentou a turma julgadora que a ré, como consumidora, deveria ter sido informada previamente dos custos dos serviços, prazo, preço e condições, nada existindo nesse sentido, notando divergências da dona da obra com a sua administradora e que, pelas anotações exibidas de controle exercido, revelou trabalho amador e artesanal para administração de obra de tamanho vulto, não formalizando contratos ou controle mais eficiente. O v. aresto destacou "o que resta certo é que a autora prestou serviços e assim admitem as testemunhas, sendo ela remunerada duas vezes, mas, em relação aos demais afirmados, existe sério questionamento sobre a realidade da execução dos serviços." Bem se vê que a turma julgadora não desconsiderou a prova realizada nem o fato de que o contrato era verbal.

Concluiu o venerando aresto que diante dos elementos constantes nos autos, embora reconhecida execução de parte dos serviços e que foram pagos, a autora não se desincumbiu do ônus de demonstrar o desempenho do trabalho adicional cujo pagamento persegue (fls. 674/675).

Assim, a alegada afronta ao artigo 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque incorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal a quo.

Confira-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 20/09/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, sobretudo em relação ao art. 371 do CPC, aplica-se o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Por fim, quanto ao art. 373, I, do mesmo diploma, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ainda quanto à **segunda controvérsia**, incide, ainda, o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da

Superior Tribunal de Justiça

pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente